

- e. Interessar os Profissionais e Técnicos de Saúde para influírem nas estruturas sindicais e hospitalares em vista do reconhecimento jurídico deste direito humano fundamental.

E confiado na imaginação e coragem de todos, ponho ponto final, por hoje, chamando a atenção para a Moção aprovada no final do 4.º Congresso da Federação da Associação de Médicos Católicos, em Bruxelas, a 17 de Maio de 1980¹⁷.

BERNARDO DOMINGUES, O. P.

Professor do I. C. H. T.

NOTAS E COMENTÁRIOS

S. BENTO, MESTRE DE VIDA CRISTÃ No XV Centenário do Nascimento (480-1980) *

S. Bento, fundador da ordem religiosa dos Beneditinos, pertence à plêiade dos santos antigos cuja vida e historicidade se perdem nas penumbras culturais da Alta Idade Média. Faltam, por isso, testemunhos históricos que precisem e delimitem os parâmetros da sua existência terrena. A sua vida foi escrita pelo papa S. Gregório Magno (540-604) e abarca todo o *II Livro dos Diálogos*. Adoptando um género literário de evidente inspiração e matriz bíblicas, segundo o processo maêutico socrático-platónico, S. Gregório procura, apesar de tudo, fundamentar a historicidade do que diz e cita explicitamente o testemunho de alguns abades que ele conhecera e que contactaram com S. Bento. A vida de S. Bento não assenta, de modo algum, numa fantasiosa *Légende dorée*, à Voragine.

Baseados nos poucos dados históricos de S. Gregório e sobretudo no quadro geral contemporâneo que ele deixa perceber, muitos historiadores beneditinos modernos tentaram situar, aproximativamente, a cronologia da vida de S. Bento. Tendo em conta certas referências históricas, paralelas e controláveis por outras do mundo civil, documentalmente comprovadas, o Congresso dos Abades Beneditinos, órgão plenário máximo da Confederação Beneditina, presidida pelo Abade Primaz, com sede no Colégio Universitário de Santo Anselmo, em Roma, determinou como limites prováveis da vida de S. Bento os anos de 480-547. Por esta razão, celebram os Beneditinos e a Igreja, de 21 de Março de 1980 a 21 de Março de 1981, o XV Centenário do nascimento de S. Bento.

Aproveitando esta celebração, o papa João Paulo II proclamou o ano de 1980 como «Ano da Interioridade». Sem dúvida que não se deixou levar por razões de ordem saudosista, numa atitude romântica, animada pelo passadismo das ideias ou pela admiração estática diante desta figura da Igreja que o distanciamento temporal cada vez mais engrandece no quadro glorioso da espiritualidade cristã. Foi com intenções de empenhamento pastoral interpelativo e actualizante que, a estes nossos tempos de sensações rápidas e fugazes, o Papa quis apresentar a obra de S. Bento, porque sendo, na verdade, uma figura de ontem ele é, evangelicamente, uma figura de sempre. Na caminhada escatológica para o aperfeiçoamento do homem adulto em Cristo (Ef. 4, 13), a natureza humana e o ideal cristão precisam de modelos estimulantes e edificantes, porque «*exempla trahunt*», os exemplos arrastam. Por força da santidade fontal que lhe advém de Cristo, a Igreja é sempre geradora de santos que, depois, ao longo dos tempos nos vai apresentando como modelos e mestres de vida cristã.

Bento, de Núrcia, junto a Spoleto, na Itália Central, viveu entre os séculos V e VI.

* Este trabalho conserva muito do seu aspecto formal primigénio, pois foi apresentado aos professores e alunos do ICHT, no começo do ano lectivo, em 6/X/1980, em geito de comentário à Carta Apostólica do Papa João Paulo II a propósito do Centenário de S. Bento. *Padroeiro da Europa*.

¹⁷ Cf. «Acção Médica», Lisboa, Junho de 1980.

Sentiu e experimentou as dificuldades e problemas levantados pelas invasões dos bárbaros que provocaram a queda do Império Romano do Ocidente. Na sua pessoa e acção ele é, em si, uma figura carismática e, em certa medida eclesiasticamente, um modelo paradigmático para os nossos tempos, de viragem civilizacional. A crise actual do Ocidente, no século XX, pode, de algum modo, equacionar-se com a crise dos séculos V-VI. Daí provém já um factor da actualidade da pessoa, vida e acção de S. Bento que, na verdade, como Patrono declarado e reconhecido da Europa, pertence ao património da civilização ocidental no que ela encerra de humanístico e cristão. É isto que o Papa João Paulo II procura realçar na Carta Apostólica *Sanctorum Atrix*, publicada na festa litúrgica de S. Bento, Padroeiro da Europa, a 11/VII/1980¹.

A ideia de consagrar S. Bento como Patrono da Europa vem já de Momtalem-bergt² e germinou sobretudo nos finais da guerra de 1939/45, quando a Europa se refazia dos destroços e a cidadela beneditina, a acrópole monástica de Monte Cassino, escola de paz e serviço de Deus, onde se venera o túmulo de S. Bento, jazia em ruínas, mais uma vez vítima inocente e indefesa da barbárie e violência dos homens. Muitos papas reconheceram os méritos de S. Bento e, nos nossos tempos, Pio XII, em 1947, já o proclamava «Pai da Europa»³. Depois foi a declaração e consagração solene de Paulo VI, em 1964⁴. Agora, em 1980, João Paulo II com a carta «Geradora de Santos» releva para o nosso tempo a lição de S. Bento. Neste ano da interioridade nós, como homens de fé, e tentando pelo estudo teológico penetrar mais e melhor o coração de Cristo para as tarefas da evangelização, não podemos deixar de reconhecer que, como dizia o beneditino D. Chautard, «a oração (interioridade) é alma de todo o apostolado». Vamos, pois, no começo deste ano escolar saborear um pouco a Carta Apostólica de João Paulo e, como ele diz, aproveitar «a ocasião de escutar de novo a mensagem espiritual e social de S. Bento.»

O monaquismo, de que S. Bento foi paladino, continua a ser nestes tempos, que o progresso material faz de procura hedonística, uma atracção para o absoluto e eterno, como atitude de vida para quem procura resposta transcendente para as inquietações e angústias da condição humana. É daqui que ressalta para os monges uma corajosa atitude de interioridade e ataraxia ou imperturbabilidade que contrasta com a excitação febril e afanosa dos que se atarefam na lufa-lufa da vida.

Bento, jovem estudante em Roma, fugindo para a solidão de Subiaco, sujeitando-se voluntariamente à austeridade da vida monástica, é um exemplo atractivo para todos aqueles que, ao longo dos tempos, ouvem o apelo vocacional de Jesus a entrar pelo «caminho estreito» que conduz à vida (Mt. 7, 14) e se querem, por isso, formar na «escola do serviço do Senhor» (Prólogo da Regra Beneditina, 45).

Os valores monástico-benedictinos de antanho têm tanta ou mais valia que ontem, no nosso tempo cada vez mais carecido duma mundividência pautada pelo sentido escatológico cristão. A vida monástica favorecendo e fomentando a interioridade, o «habitar consigo», e a purificação ascética da vontade própria não nega a convivência social duma comunidade humano-religiosa, antes encontra nisto motivo para melhor se abrir aos irmãos e ajudar o mundo.

¹ *L'Osservatore Romano*, Edição semanal em português. Ano XI, n.º 35 (561), 31/VIII/1980, pp. 3-5.

Charles Forbes. Comte de Montalembert, *Les moines d'occident*. 5 vol., Paris, 1863-1868.

³ Encíclica «*Fulgens radiatur*», in *Acta Apostolicae Sedis*, 39 (1947).

Carta Apostólica «*Pacis nuntius*» in *AAS*, 56 (1964).

É sabido, com certeza, que, mais do que pela vida de S. Bento escrita por S. Gregório, é através da Regra Beneditina, testamento legislativo de S. Bento, que nós podemos chegar aos critérios teológico-vivenciais que animam a espiritualidade que S. Bento viveu e ensinou. Esta a razão por que a Regra é considerada a quinta-essência do Evangelho e todo aquele que a segue como «caminho de vida» (Prólogo, 20) é classificado por S. Bento como quem «verdadeiramente procura Deus» (Regra, cap. 58, 15) e «nada antepõe ao amor de Cristo» (Regra, cap. 4, 424). Dentro deste valor fundamental, o papa realça a clausura do mosteiro beneditino como o espaço religioso necessário em que o monge vive com o «coração dilatado» no amor de Deus para proporcionar aos outros a participação da experiência da união com Deus. Pelo sentido da hospitalidade, «o monge de S. Bento torna-se irmão universal, evangelizador, mensageiro de paz e amor». Para o beneditino, o apostolado deve fazer-se basicamente no mosteiro e pelo mosteiro, através da prática da hospitalidade, segundo a qual os «domésticos da fé» são recebidos como se fossem Cristo. Esta a razão teológica pela qual os beneditinos ligam tanta importância e atenção à recepção e acolhimento dos hóspedes para os quais o capítulo 53 da Regra criou até uma espécie de ritual litúrgico adequado. Os mosteiros beneditinos podem e devem, assim, aparecer como oásis de paz e lugares de relax físico, psíquico e espiritual. A prática da hospitalidade, o acolhimento fraterno cristão, eis uma fórmula apostólica de serviço eclesial que os homens podem aproveitar num mosteiro beneditino! Há, de facto, no espírito beneditino algo de mística e um certo «charme» em receber as pessoas com atenção e devoção como se fossem Cristo em pessoa.

Para que S. Bento claramente apareça, hoje, como mestre de vida cristã e humana vou salientar os três valores que o Papa define «fundamentais na vida beneditina» e que, afinal, são o tríptico arnês do religioso consagrado e do próprio sacerdote católico: oração, trabalho, aceitação da autoridade.

1.º — A necessidade da oração

Na Regra Beneditina não há ainda uma visão teológica coerente e sistemática. A Bíblia, a *Sacra Pagina* é o manual teológico de S. Bento. A concepção beneditina da vida cristã arranca da visão bíblica da pessoa de Jesus Cristo, segundo a qual Deus incarnou em Cristo; por isso «nada se deve antepor ao amor» de Cristo (Regra, cap. 4, 72, 11). O cristocentrismo é a ideia-força da espiritualidade beneditina que culmina e consubstancia as determinações que S. Bento estabeleceu sobre a oração, quer litúrgico-comunitária, quer devocional privada. Antes de mais, toda a oração se deve alimentar da Palavra de Deus que o monge recita no coro e medita na cela, de tal modo que ela lhe ilumine o dia inteiro, mesmo no trabalho.

A oração do beneditino deve ser paradigmaticamente bíblica e formalmente litúrgica pela relevância dada ao louvor de Deus, a que S. Bento chama ofício Divino — *opus Dei* —, e pela participação na Eucaristia comunitária.

Esta oração litúrgica deve comprometer a autenticidade espiritual de modo que «a mente concorde com a voz» (Regra, cap. 19, 7).

Outras devoções, a Regra Beneditina desconhece-as; aliás, da oração devocional diz mesmo que ela «deve ser breve e pura» (Regra, cap. 20, 4), feita não com abundância de palavras mas na pureza do coração e compunção de lágrimas (Regra, cap. 20, 3; 52, 4). Comentando este passo, já dizia Paulo VI: «onde sopra o silêncio, fala o coração»⁵.

⁵ Alocução de Paulo VI aos monges beneditinos, a 8/IX/1971, in *AAS*, 63 (1971), p. 746.

Com a excelência atribuída pela Regra à oração litúrgico-comunitária, já desde o séc. VI que os Beneditinos se tornaram paladinos duma espiritualidade litúrgica, objectiva, solene e sóbria, vincadamente bíblica e cristocêntrica. Com ela a comandar e cadenciar as horas do dia do monge, «Deus será em tudo glorificado» (Regra, cap. 57, 19).

2.º — O sentido do trabalho

Vivendo num período agudo de escravagismo em que todo o trabalho árduo era tido como desprezível e, por isso, feito por escravos, S. Bento reivindica para os seus monges a dignidade do trabalho que Deus amou. Faz mesmo uma como que teologia do trabalho enquanto imperativo natural do homem paradisíaco sem, todavia, deixar de lhe associar o carácter penal «como causa de desobediência e espiação». Tem mesmo um capítulo (Regra, cap. 48) sobre o trabalho manual quotidiano. Numa época eminentemente agrícola, S. Bento considerava o trabalho manual como requisito essencial da vida religiosa e define o monge como um trabalhador: «então serão verdadeiramente monges se viverem do trabalho das suas mãos» (Regra, cap. 48, 20). Mas, dada a condição culposa do homem bíblico decaído, acrescenta uma razão ascética: é que «a ociosidade é inimiga da alma» (Regra, cap. 48, 2).

O espírito beneditino fará do trabalho uma das coordenadas da vida monástica e do seu apostolado na simbiose triádica da tradição monástico-beneditina que Pio XII sublinhou quando referiu os símbolos da Cruz, do livro e do arado⁶. E como diz João Paulo II, S. Bento «afirma a necessidade urgente de manifestar a índole espiritual do trabalho». Curiosamente, uma prescrição da Regra determina que os monges vendam sempre mais barato que as pessoas do mundo, sem procura afanosa de réditos lucrativos ou pruridos de concorrência gananciosa (Regra, cap. 57, 16).

Interessante também notar como a Regra Beneditina é clara e contudente na condenação da preguiça e do parasitismo religioso sob pretexto de serviço da Deus ou pastoral. A dignidade do trabalho! Eis um dos traços característicos da Regra Beneditina que até tem um capítulo sobre os artistas ou trabalhadores do mosteiro (Regra, cap. 57). É este, sem dúvida, um ponto muito ao gosto do mundo moderno, e tão de acordo com a teologia das realidades terrestres que até poderíamos falar duma *Ergo-teologia* na Regra de S. Bento.

Mais tarde, o trabalho monástico alarga-se-á ao campo intelectual e será tão intenso e minucioso que dará origem à proverbial «paciência beneditina», a exercitar-se nos *Scriptoria* através da conservação e transcrição dos códices antigos. Foram os monges do período carolíngio e da Baixa Idade Média que nos conservaram o legado cultural clássico.

Juntando à especificidade da oração litúrgica a ocupação do trabalho, os Beneditinos atribuíram-se, como lema distintivo do seu modo de ser na Igreja e no mundo, o célebre ORA et LABORA — Reza e trabalha.

3.º — O sentido paterno da autoridade

Como romano de lídima tradição, S. Bento tinha uma concepção jerárquica e autoritária da sociedade que assentava na *patria potestas*, o poder absoluto do pai, com direito de vida e de morte. Mas o evangelho cristão vai-lhe fazer descobrir a autoridade como serviço. Por conseguinte, também neste ponto, a espiritualidade de S. Bento aparece de particular relevo e actualidade para a nossa «sociedade sem pais».

No mosteiro beneditino, toda a vida comunitária está assente no princípio da autoridade do abade que, como a etimologia do nome significa, é Pai e «exerce no mosteiro as vezes de Cristo (Regra, cap. 2, 5; 63, 31). Os monges devem-lhe, por isso, uma obediência que exprima os sentimentos de Cristo para com seu eterno Pai: devoção e fidelidade. Mas a autoridade do Abade, exactamente por isso, não pode ser ditatorial e onipotente, à maneira da concepção romana. Ao Abade, S. Bento põe-lhe sempre diante dos olhos o exemplo do Bom Pastor, a sua dedicação, solicitude, afecto e espírito de sacrifício (Regra, cap. 27, 15-20). Por isso, embora baseado no princípio da autoridade e hierarquia de funções e responsabilidades, o mosteiro deve ser governado «democraticamente» e todos os membros da comunidade devem dar o seu parecer e voto sobre coisas de interesse comum; é que muitas vezes Deus revela aos mais jovens o que é melhor fazer (Regra, cap. 3, 3).

Em consequência disto, se o abade manda e os monges obedecem, tudo se faz na dialética da autoridade que é serviço paterno e da obediência que é virtude religiosa e filial. Na verdade, se o superior sabe que «mais vale ser amado que temido» e «mais convém ser útil que mandar» (Regra, cap. 64, 37, 23), também os monges sabem que «a obediência que se presta aos superiores é a Deus que se presta» (Regra, cap. 5, 33). De facto, a obediência religiosa em Cristo é uma atitude soteriológica e uma consequência da pedagogia divina pela qual aceitamos que Deus ponha homens sobre as nossas cabeças (Regra, cap. 7, 112).

No espírito beneditino há, portanto, uma correlação espiritual autoridade-obe-diência que deriva do princípio evangélico, sublinhado no Evangelho de S. João, e con-cernente à relação Pai-Filho (Jo. 17). O Abade, superior da comunidade é o *Pater monasterii* e o monge súbdito é o *utilis frater* (Regra, cap. 7, 49) que aquele deve amar em Cristo (Regra, cap. 64, 28). Assim, a casa de Deus será sabiamente governada (Regra, cap. 53, 47) sem murmurações (Regra, cap. 41, 11; 53, 38).

Em conclusão, e glosando a Carta Apostólica de João Paulo II «*Geradora de santos*», podemos ver como S. Bento é um mestre de vida cristã, e como a sociedade monástica, que ele idealizou e para a qual legislou no século VI, aparece como modelo e paradigma para a sociedade mais justa e melhor que o nosso tempo de idealismos teológico-políticos tanto anseia.

Afinal, celebrar o S. Bento do séc. VI, Patrono da Europa moderna, é evocar uma figura de ontem que, através da sua vida e ensinamento, transparece como claro modelo de hoje. «O espírito beneditino é contrário ao espírito de destruição», como dizia o Papa em I de Janeiro de 1980 a propósito do Dia mundial da Paz. O monograma Pax que sobrepunha a portaria de tantos mosteiros beneditinos é um sinal e um estímulo para que os cristãos sejam no mundo, enquanto seguidores do paradoxo das Bem-aventuranças, «verdadeiros obreiros da paz» (Mt. 5, 9). S. Bento, homem de Deus e mestre de vida cristã, com o seu lema ORA et LABORA, foi alguém que, por si e pelos seus monges, ajudou à reconstrução da velha Europa invadida pelos bárbaros. Hoje continua a ser alguém que, pelo testemunho do monaquismo, estimula todos os cristãos e homens de boa vontade a uma prática evangélica e humana que seja ajuda efectiva à construção dum mundo digno do Evangelho e mais humano.

GERALDO COELHO DIAS, O. S. B

Professor do I. C. H. T.

⁶ Encíclica *Fulgens radiatur*, in AAS, 39 (1947).